

«A feliz acclamação del Rey Dom João o IV». Cerimónias e cultura política na Goa seiscentista*

José Miguel Ferreira

Centro de História de Além-mar, FCSH-UNL/UAç

jose.mouraferreira1988@gmail.com

Texto recebido em /Text submitted on: 29/05/2013

Texto aprovado em /Text approved on: 14/10/2013

Resumo/Abstract:

A *Restauração* de 1640, que ditou o fim de sessenta anos de agregação do reino de Portugal à Monarquia Hispânica, tem sido alvo de múltiplas interpretações historiográficas ao longo dos últimos dois séculos. Menos conhecidas são, no entanto, as dinâmicas que marcaram o reconhecimento da nova Casa Real nas conquistas ultramarinas da Coroa portuguesa. A partir de uma análise dos principais relatos da aclamação de D. João IV na cidade de Goa, capital do Estado Português da Índia, este artigo procura recuperar as cerimónias e os discursos que legitimaram a subida ao trono de D. João IV, interpretando os seus múltiplos significados e leituras.

The *Restauração* of 1640, which marked the end of sixty years of political aggregation between the Kingdom of Portugal and the Spanish Monarchy, has been the object of many historiographical interpretations in the past two centuries. However, the dynamics which lead to the recognition of the new regimen by the overseas conquests of the Portuguese Crown have been hitherto neglected by these interpretations. Through an analysis of the main descriptions of the acclamation of D. João IV in the city of Goa, capital of the Portuguese State of India, this paper aims to scrutinize the ceremonies and discourses which legitimized the enthronization of D. João IV, questioning their multiple meanings and interpretations.

Palavras chave/Keywords:

Goa; *Restauração*; Cerimónias; Cultura Política.

Goa; *Restauração*; Ceremonies; Political Culture.

* Este estudo é a versão aumentada e corrigida de um capítulo de uma tese de mestrado intitulada *A Restauração de 1640 e o Estado Português da Índia. Agentes, Espaços e Dinâmicas*, defendida em Dezembro de 2011 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e orientada pela Prof. Doutora Alexandra Pelúcia, a quem agradeço todo o apoio e acompanhamento.

Nos inícios do mês de Março de 1642, na igreja lisboeta de Santo Antão-o-Novo, durante a tradicional celebração do primeiro Domingo de Páscoa, um padre rogou aos fiéis que juntassem as suas vozes em louvor a Deus pelas boas novas chegadas do Oriente. Alguns dias antes, desembarcara em Lisboa um mensageiro que trouxera consigo a notícia de D. João IV ter sido aclamado como rei legítimo e natural nas praças e fortalezas do Estado da Índia. Relatando este sucesso, a *Gazeta* desse mês anunciava então aos seus leitores «que el Rey nosso Senhor estaua já naquellas partes aclamado por Rey, com grande aplauso até dos príncipes Moiros»¹.

Mais de um ano antes, no dia 1 de Dezembro de 1640, a cidade de Lisboa fora palco de uma revolta que ditara o fim de seis décadas de agregação da Coroa portuguesa à Monarquia Hispânica e levava à aclamação de D. João, duque de Bragança, como rei de Portugal. Sobejamente conhecidos, estes acontecimentos têm ocupado um lugar primordial – ainda que nem sempre incontroverso –, na construção da memória histórica portuguesa. Afirmando-se, desde o primeiro momento, como um episódio marcante da identidade política do reino, a presença da *Restauração* na mitografia nacional ganharia um novo fôlego na segunda metade do século XIX e acabaria por se institucionalizar durante o Estado Novo, atingindo o seu apogeu com as comemorações centenárias de 1940². De então para cá este período continuou a ser revisitado pelos historiadores, com a publicação de novos estudos que procuraram questionar a carga nacionalista e comemorativa que lhe fora conferida pela historiografia mais afecta ao regime.

O caso muda, porém, de figura quando perscrutamos as implicações do fim da união dinástica no império português e, sobretudo, no Estado da Índia. Embora os estudos recentes de Rafael Valladares e Edval de Souza Barros ofereçam um novo olhar sobre esta conjuntura³, a forma como a aclamação

¹ DIAS, Eurico Gomes – *Gazetas da Restauração, 1641-1668. Uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006, p. 53.

² ANDRADE, Luís Oliveira – *História e Memória. A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*. Coimbra: Minerva, 2001.

³ VALLADARES, Rafael – *Castilla y Portugal en Asia (1580-1680): Declive Imperial y Adaptación*. Leuven: Leuven University Press, 2001 e BARROS, Edval de Souza – *Negócios de Tanta Importância: O Conselho Ultramarino e a Disputa pela Condução da Guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*. Lisboa: CHAM, 2008.

de D. João IV foi conhecida, interpretada e celebrada nos territórios asiáticos da Coroa de Portugal é ainda um tema relativamente inexplorado. Em parte, esta ausência deve-se ao próprio sucesso alcançado pelo movimento que levou a dinastia de Bragança ao trono. De facto, a legitimidade do novo rei parece ter sido reconhecida sem grandes delongas por grande parte das cidades e fortalezas a que se estendia a jurisdição portuguesa. Por conseguinte, este desfecho acabou por se «naturalizar», tornando-se um dado adquirido e raras vezes problematizado. Este desinteresse vai ainda de encontro ao esquecimento a que tem sido votada a história do Estado da Índia durante o século XVII, tradicionalmente encarado pela historiografia nacional e internacional como um período de recuo e declínio da presença portuguesa na Ásia⁴.

No entanto, a verdade é que poucos dias depois da aclamação de D. João IV em Lisboa, celebrada no dia 15 de Dezembro de 1640, foram dados os primeiros passos no sentido de fazer chegar ao Oriente a notícia do sucesso da revolta⁵. Apesar dos inúmeros desafios com que a nova Casa Real se confrontava, garantir a lealdade dos vassallos que serviam nos longínquos territórios asiáticos parecia ser uma matéria demasiado importante para ser olvidada. Sendo assim, ao longo dos meses que se seguiram, a cerimónia de aclamação realizada no reino seria reproduzida em cada uma das praças do Estado da Índia. Cumpria-se, deste modo, a vontade do novo rei que, desejando ver reconhecida e consagrada a sua legitimidade, ordenara ao vice-rei da Índia, João da Silva Telo, que remetesse para Lisboa os autos destas celebrações⁶.

Tomando como ponto de partida a importância destas práticas cerimoniais no âmbito da cultura política coeva, este artigo procura contribuir para colmatar a já referida ausência de estudos sobre o contexto da *Restauração* no Estado da Índia. Dois propósitos orientam então as páginas que se seguem. Em primeiro lugar, averiguar o papel das cerimónias de aclamação enquanto

⁴ Para uma revisão crítica deste paradigma historiográfico, ver AMES, Glenn – *Renascent Empire? The House of Braganza and the Quest for Stability in Portuguese Monsoon Asia, c.1640-1683*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2000.

⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Conselho da Fazenda, livro 161, fls. 181v-182.

⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Livros das Monções, livro 49, fls. 1-4.

formas de representação do poder que formalizavam uma nova realidade política através da reprodução de gestos, discursos e símbolos. Em segundo, interrogar as relações que se estabeleciam entre as práticas cerimoniais, os seus contextos e os seus agentes, interpretando conjuntamente os actos e os sentidos que lhes foram atribuídos pelos diferentes relatos e descrições.

Os caminhos da historiografia

Ao longo das últimas décadas, os historiadores têm demonstrado um interesse renovado pelos aspectos figurativos e cénicos do poder. Recuperando os caminhos trilhados pelas obras pioneiras de autores como Marc Bloch ou Ernst Kantorowicz⁷, estes estudos têm procurado interpretar as relações entre as práticas cerimoniais e a cultura política das monarquias europeias. Observando os dispositivos simbólicos mobilizados pelas sociedades de Antigo Regime, estes contributos enriqueceram o nosso conhecimento acerca de alguns dos momentos fundamentais da vida pública coeva, como os funerais, as cerimónias de aclamação ou as entradas régias⁸.

Em grande medida, esta renovação historiográfica tem sido baseada num encontro frutífero com outras áreas disciplinares – como a antropologia ou a sociologia – que permitiu aos historiadores apelar a um conjunto de referências canónicas, que vão desde o funcionalismo durkheimiano à «realeza sagrada» de James Frazer, passando pela noção de «estado-teatro»,

⁷ BLOCH, Marc – *Les Rois Thaumaturges: Étude sur le Caractère Surnaturel Attribué à la Puissance Royale Particulièrement en France et en Angleterre*. Paris: Gallimard, 1983 [1ª edição 1924] e KANTOROWICZ, Ernst – *The King's Two Bodies: A Study in Mediaeval Political Theology*. Princeton: Princeton University Press, 1997 [1ª edição, 1957].

⁸ Entre os inúmeros estudos publicados nas últimas décadas sobre as cerimónias da monarquia portuguesa, ver CURTO, Diogo Ramada – Ritos e Cerimónias da Monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII) in BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (eds.) – *A Memória da Nação*. Lisboa: Sá da Costa, 1991, p. 201-265; CARDOSO, Ângela Miranda – «Um Rei leva a sua alma às Sedes Eféreas». *Representações do Poder no Portugal de Quinhentos*. Lisboa: Faculdade de Letras; Universidade de Lisboa, 1997; CARDIM, Pedro – *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998, p. 53-92; MEGIANI, Ana Paula – *O Rei Ausente: Festa e Cultura Política nas Visitas dos Filipes a Portugal (1581-1619)*. São Paulo: Alameda, 2004 e BUESCU, Ana Isabel – A morte do rei. Tumulização e cerimónias de trasladação dos *reais corpos* (1499-1582). *Ler História*, 60 (2011) 9-33.

proposta pelo antropólogo norte-americano Clifford Geertz com base na sua investigação sobre os rituais de poder na ilha de Bali⁹. À luz deste encontro, as cerimónias, espectáculos e festas passaram não só a ser lidas como afirmações simbólicas do poder e da legitimidade das monarquias modernas, consagrando a ordem política vigente e os seus valores constitutivos, mas também como momentos de diálogo entre as diferentes ordens que compunham a comunidade.

Todavia, apesar do seu potencial analítico, esta combinação ecléctica de autores e correntes teóricas não pode deixar de ser problematizada. O próprio eclectismo das referências acarreta o risco de essencializar os seus contributos, retirando-os do seu contexto de produção e tomando por evidente a sua adequação ao objecto de estudo. Como bem salientou o historiador francês Philippe Buc, na obra que dedicou à arqueologia do conceito de «ritual» na liturgia medieval e nas ciências sociais, esta importação de modelos teóricos deve ser cautelosa, tendo sempre em conta as suas genealogias intelectuais e evitando tomar por adquiridos os significados ou a eficácia das cerimónias e dos rituais políticos¹⁰. Longe de implicarem qualquer cepticismo em relação às múltiplas virtudes de uma abordagem transdisciplinar, estas ressalvas são o resultado de um esforço para delimitar e caracterizar, ainda que de forma sucinta, o campo em que se insere este artigo, prevenindo deste modo os riscos de uma apropriação simplista das ideias de autores como Bloch ou Kantorowicz.

O passo seguinte será, então, uma tentativa de localizar as festas de aclamação no universo das práticas cerimoniais da monarquia portuguesa. No seu *Vocabulario Portuguez & Latino*, considerado como o primeiro dicionário da língua portuguesa, o clérigo e académico teatino Raphael Bluteau definia a aclamação como um momento de «nomeação pública de Príncipe, Rey, [ou] Emperador, com aprovação, & applauso do povo»¹¹.

⁹ DURKHEIM, Émile – *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*. Paris: PUF, 1960 [1ª edição, 1912]; GEERTZ, Clifford – *Negara. The Theatre State in Nineteenth Century Bali*. Princeton: Princeton University Press, 1980 e FRAZER, James – *Le Rameau d'Or*. Paris: Éditions Robert Laffont, vol. 1, p. 1-480, 1981 [1ª edição, 1890].

¹⁰ BUC, Philippe – *The Dangers of Ritual. Between Early Medieval Texts and Social Scientific Theory*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

¹¹ BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario Portuguez & Latino*, vol. 1. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, p. 71.

Contando com a presença do rei, dos principais oficiais da sua Casa e de representantes dos três estados do reino, a cerimónia de aclamação desdobrava-se em diversos actos sequenciais, entre os quais se destacavam a nomeação do sucessor ao trono, o juramento através do qual o novo rei confirmava que iria respeitar as leis fundamentais do reino, o reconhecimento da legitimidade do monarca pelos dignitários presentes e, por fim, a sua aclamação pública e festiva. Segundo Pedro Cardim, estes actos e gestos codificados reencenariam os momentos fundacionais do reino, renovando os vínculos que interligavam o rei e o corpo político. Estes vínculos, simultaneamente jurídicos e religiosos, pressuporiam não só a fidelidade dos vassallos ao monarca, mas também o reconhecimento de que este deveria governar em prol do bem comum. Neste sentido, as cerimónias de aclamação sublinhavam a autoridade paternal do rei e o seu papel enquanto garante da justiça e de uma ordem política harmoniosa¹².

No entanto, se desviarmos o olhar da cerimónia tal como esta era encenada na capital do reino e nos centrarmos na sua reprodução nos territórios imperiais, torna-se evidente que é necessário tomar em consideração os artificios postos em cena para elidir a distância física que separava o rei dos vassallos que o serviam nas conquistas ultramarinas. Esclarecer os contornos desta questão significa, porém, confrontar a ausência de trabalhos dedicados ao papel dos rituais na manutenção da ordem imperial. De facto, se no que toca ao Brasil e à América espanhola esta temática tem vindo a atrair a atenção dos historiadores, a verdade é que são ainda muito incipientes os estudos análogos consagrados ao Estado da Índia¹³.

¹² CARDIM, Pedro – Ceremonial, Political Allegiance and Religious Constraints in Seventeenth-Century Portugal in PAIVA, José Pedro (ed.) – *Religious Ceremonials and Images: Power and Social Meaning (1400-1750)*. Coimbra: Palimage, 2002, p. 351-368.

¹³ Entre os diversos estudos relativos ao Brasil e à América espanhola, ver JANCÓS, István e KANTOR, Íris (eds.) – *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec, 2001 e OSORIO, Alejandra – *Inventing Lima. Baroque Modernity in Peru's South Sea Metropolis*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008. Em relação ao Estado da Índia, as abordagens mais consistentes encontram-se no capítulo que Catarina Madeira Santos dedica à corte dos vice-reis e nas páginas de Diogo Ramada Curto sobre a aclamação de D. João IV em Macau. Cf. SANTOS, Catarina Madeira – «Goa é a Chave de Toda a Índia»: *Perfil Político da Capital do Estado da Índia, 1505-1570*. Lisboa, CNCDP, 1999, p. 211-278 e CURTO, Diogo Ramada – *Cultura Política no Tempo dos Filipines*. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 259-274.

Por fim, nenhum inquérito às práticas cerimoniais postas em cena no contexto da *Restauração* pode deixar de ter em conta as circunstâncias excepcionais que marcaram a subida ao trono de D. João IV. O «ciclo natural», em que à morte de um rei se seguiam as exéquias fúnebres e a aclamação do seu sucessor, fora bruscamente interrompido pela revolta do 1º de Dezembro de 1640. Neste contexto, a aclamação de D. João IV no Estado da Índia não se limitava a representar uma renovação dos laços de obediência entre o rei e os seus vassallos. Implicava também a ruptura com um monarca – Filipe IV – que dezoito anos antes havia sido aclamado pelas mesmas cidades e fortalezas como soberano legítimo e natural. Representava portanto uma escolha, mais ou menos consciente, entre manter a obediência à Casa de Áustria ou apostar no sucesso da sublevação de Portugal.

A aclamação e a cidade

Goa, 11 de Setembro de 1641. Entre as três e as quatro horas da tarde o vice-rei D. João da Silva Telo, conde de Aveiras¹⁴, deixou a sua residência na fortaleza da cidade, encaminhando-se para a Sé Catedral na companhia dos principais fidalgos e oficiais da capital do Estado da Índia. Na frente do cortejo seguia o *tanadar-mor* com a «gente da terra»¹⁵, seguidos pela

¹⁴ Nascido no último quartel do século XVI, João da Silva Telo de Meneses era o filho mais velho do segundo casamento de Diogo da Silva, regedor da Casa da Suplicação e 8º Senhor de Vagos, com Margarida de Meneses, filha de João Teles de Meneses, governador de Lisboa. Participou na reconquista da Baía em 1625 e foi nomeado para o posto de governador da praça marroquina de Mazagão, no ano de 1630. Foi o último vice-rei da Índia a ser nomeado por Filipe IV, em Fevereiro de 1640, sendo agraciado com o título de conde de Aveiras. O seu governo foi marcado pelas dificuldades causadas pela guerra com os neerlandeses e pela mudança dinástica portuguesa. Regressou ao reino em 1645, onde ocupou o posto de regedor da Casa da Suplicação, antes de ser novamente nomeado para vice-rei da Índia em 1650, recebendo a promessa da sua elevação a marquês. Porém, o atraso no apresto das embarcações obrigou a armada a invernar na costa de Moçambique, onde o João da Silva Telo acabaria por falecer antes de ter iniciado o seu segundo mandato como vice-rei. Cf. GAIO, Manuel José da Costa Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga: Carvalhos de Basto, v. 9, t. 26, 1990, p. 389-390 e Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Arquivos da Casa dos Condes de Aveiras e dos Marqueses de Vagos, maço 11, Mercês, 1547-1788.

¹⁵ O *tanadar-mor* era o oficial encarregado da captação dos direitos e tributos pagos pelas comunidades rurais da ilha de Tiswadi, onde se localizava a cidade de Goa. Cf. DALGADO,

guarda do vice-rei. À entrada da Sé, que fora decorada com panos de seda, aguardavam os vereadores e procuradores da cidade, enquanto no seu interior se encontrava já o arcebispo primaz. Caminhando para o interior da Sé, foi aspergido com água benta e rezou diante da capela do Santíssimo Sacramento, antes de se dirigir à capela-mor, onde fora erguido um teatro com cinco degraus alcatifados, no topo dos quais se encontrava uma imponente cadeira de veludo carmesim. Enquanto o conde de Aveiras se instalava no assento que lhe fora destinado, os representantes dos três estados da cidade ocupavam os seus lugares à beira dos degraus. À direita do vice-rei, os eclesiásticos. À sua esquerda, os fidalgos e ministros da Coroa. Ao centro, os representantes da cidade.

Depois de ter sido escutado um discurso proferido pelo chanceler Luís Mergulhão Borges, em que este proclamara a legitimidade do novo monarca e a fidelidade que lhe era devida por todos os vassalos, o vice-rei ajoelhou-se diante de um missal e de um crucifixo, jurando solenemente reconhecer D. João IV como seu rei e senhor. Diante do mesmo missal juraram, em seguida, o arcebispo primaz, em seu nome e de todas as pessoas eclesiásticas do Oriente, e o capitão da cidade, por si e pelos demais capitães do Estado da Índia. A cerimónia não terminaria, porém, sem que estalasse uma disputa de precedências entre os representantes da cidade e os fidalgos, que apenas foi resolvida quando o vice-rei decidiu que jurariam primeiramente os oficiais da Câmara e só depois os fidalgos e ministros da Coroa. Uma vez finalizados estes juramentos, o capitão da cidade desfraldou a bandeira real – que mantivera junto a si desde o início da cerimónia – e fez soar por três vezes o tradicional pregão aclamatório: «Real, Real, Real, pelo muito alto e muito poderoso Rey Dom João o 4º deste nome, nosso Senhor em Portugal», no que foi secundado por todos os presentes. Abandonando a Sé Catedral ao som do *Te Deum Laudamus*, o cortejo caminhou pelas principais ruas da cidade, detendo-se diante do edifício da Misericórdia, na rua Direita e no terreiro da fortaleza para repetir a mesma aclamação de «Real, Real, Real», enquanto se faziam ouvir as salvas de artilharia dos fortes da barra.

Os parágrafos anteriores reproduzem sucintamente o desenrolar da cerimónia, tal como esta é descrita no *Auto do Levantamento da Magestade d'El Rey Dom João quarto*, lavrado pelo secretário do Estado da Índia, André de Salema¹⁶. A riqueza da descrição possibilita diversas linhas interpretativas, a mais imediata das quais relativa aos espaços da cidade e ao seu simbolismo. Os locais escolhidos para repetir o pregão aclamatório – a Sé Catedral, a Misericórdia, a rua Direita e o terreiro da fortaleza – eram investidos de uma importância simbólica decisiva, correspondendo aos principais espaços de poder político, religioso e económico em que se viam representados os diferentes grupos e instituições da cidade. Mesmo os lugares ocupados no interior da Sé Catedral não deixavam de reproduzir simbolicamente as posições hierárquicas dos distintos actores sociais, originando conflitos de precedências como o que opôs a nobreza aos ministros da cidade.

Porém, apesar de minuciosa, a descrição de André de Salema nada nos diz sobre os preparativos que antecederam a cerimónia. Para elucidar esta questão é-nos necessário recuar até 9 de Setembro de 1641, dia em que as novas de Lisboa começaram a ser divulgadas na cidade. Nessa manhã, os oficiais da Câmara, acompanhados pelo capitão, prelados, fidalgos e outros moradores – constituindo, segundo nos é dito, «hum corpo místico» – dirigiram-se à fortaleza onde, na presença do conde de Aveiras e do seu séquito, afirmaram a sua intenção de reconhecer D. João IV como monarca legítimo¹⁷. A acreditar no relato de Manuel Jácome de Mesquita, autor da mais conhecida descrição destes acontecimentos, o vice-rei teria então solicitado ao secretário que «descubriçe nos papeis da Secretaria exemplo de semelhante acto, que seruisse de modelo a esta acção, ajustandonos nella com o que sempre se fez»¹⁸.

Os actos cerimoniais deveriam assim marcar uma continuidade, seguindo as formas tradicionais e reiterando simbolicamente a legitimidade da

¹⁶ Biblioteca Pública de Évora, Mss. Códice CXVI/2-11, doc. 6.

¹⁷ Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Índia, caixa 23, doc. 82.

¹⁸ MESQUITA, Manuel Jácome – *Relaçam do que socedeo na cidade de Goa...* Goa: Colégio de São Paulo, 1643 *apud* BOXER, Charles (ed.) – *A Aclamação del rei D. João IV em Goa e Macau: Relações Contemporâneas Reeditadas e Anotadas*. Lisboa: Tipografia José Fernandes Júnior, 1932, p. 26.

sucessão ao trono. A sua preparação implicava, conseqüentemente, seguir um guião previamente estabelecido e fixado em sucessivos autos e regimentos. O modelo mais próximo para estes actos seria, à partida, a aclamação de Filipe IV, no dia 5 de Fevereiro de 1623, ocasião mais recente em que um rei fora jurado na cidade. A consulta do auto de levantamento deste monarca confirma, de resto, esta intuição. Desde os actores sociais presentes, à ordem das suas acções, passando pelo aparato simbólico e pelos espaços da cidade percorridos, as semelhanças entre ambas as descrições são marcadas. Até mesmo a disputa de precedências entre os representantes da cidade e os fidalgos se encontra presente na cerimónia de 1623, com o mesmo desfecho¹⁹. Pelo menos ao nível formal, ambas as cerimónias pareciam limitar-se a pôr em cena um enredo previamente conhecido e fixado que, apesar das alterações pontuais sofridas ao longo do tempo, não se havia modificado substancialmente durante a União Dinástica.

Todavia, a aclamação de Filipe IV estava longe de ser a única referência para as festividades que assinalaram a subida ao trono de D. João IV. As semelhanças entre as duas ocasiões tornam-se, quiçá, mais compreensíveis se tivermos em consideração que Goa, enquanto capital do Estado da Índia, era uma cidade que há muito se acostumara a ser palco de cerimónias civis ou religiosas. Uma e outra vez, as suas principais ruas e praças eram percorridas por cortejos e procissões cujos percursos, não raras vezes, se assemelhavam aos que foram anteriormente descritos. Estas práticas cerimoniais eram, de resto, um dos tópicos predilectos dos viajantes estrangeiros que descreveram a cidade entre o final do século XVI e a primeira metade do século XVII, chegando o aventureiro italiano Pietro della Valle a afirmar que em nenhum outro local da cristandade se realizavam tantas procissões e festas religiosas como em Goa, sede metropolitana do Oriente²⁰.

¹⁹ PISSURLENCAR, Panduranga (ed.) – *Assentos do Conselho de Estado*, vol. 1. Goa: Tipografia Rangel, 1958, p. 152-157. De resto, poucos dias antes do juramento de Filipe IV na cidade, o vice-rei D. Francisco da Gama mandara registar a ordem que se deveria adoptar durante a cerimónia, a qual parece ter sido seguida de forma bastante próxima em ambas as aclamações. Cf. RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha (ed.) – *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 2. Nova Deli: Asia Educational Services, 1992, p. 242-243 [1ª edição, 1857-1877].

²⁰ VALLE, Pietro della – *The Travels of Pietro della Valle in Índia*, vol. 1. Nova Deli: Asia Educational Services, 1991, p. 415 [1ª edição, 1664].

Assumindo diferentes encarnações, estes momentos de celebração pública foram inscritos na vida, nas sociabilidades e na geografia da cidade. Documentos como o regimento que fixava a ordem com que cada novo vice-rei deveria ser recebido não se limitavam então a definir os protagonistas, as precedências e o percurso dos cortejos. Deixavam também indicações precisas acerca do ordenamento do espaço urbano, instituindo rotinas e comportamentos apropriados às ocasiões festivas. As artérias chave da cidade viam-se assim disciplinadas – mesmo que de forma efémera – ordenando-se às autoridades que tivessem «muita conta com fazer dar lugar e afastar a gente» e dando-se indicações expressas para que as casas situadas nas ruas principais apresentassem as janelas «alcatifadas, e as portas enrramadas, e tudo ornamentado o mais ricamente que poder ser»²¹. Não faltariam então modelos para as celebrações, ainda que, como veremos mais adiante, estas procurassem reproduzir uma dialéctica entre o respeito pela tradição e a espontaneidade das demonstrações de alegria.

O estatuto da cidade enquanto capital do Estado da Índia permite-nos também compreender algumas das especificidades da aclamação de D. João IV em Goa. Se, como observamos na descrição de André de Salema, o rei ausente se tornava presente em Goa através de dispositivos simbólicos como a bandeira real, a verdade é que a sua comparência era também assegurada pelo vice-rei, no qual haviam sido delegados os poderes do monarca. Deste modo, como demonstrou Catarina Madeira Santos, o vice-rei estava apto a representar o papel do monarca, assumindo os seus gestos e atributos nas cerimónias de poder²². Assim se explica que o conde de Aveiras jurasse em nome do rei que as liberdades e mercês dos vassallos seriam respeitadas. De resto, a preeminência de Goa levava também a que o arcebispo primaz jurasse a sua lealdade por todas as dioceses do Oriente e que o capitão da cidade o fizesse por todas as restantes capitánias, até que estas o pudessem confirmar.

²¹ RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha (ed.) – *Archivo Portuguez Oriental*, cit., p. 221-226.

²² SANTOS, Catarina Madeira – «Goa é a Chave de Toda a Índia»..., cit., p. 248-278.

Realidades textuais

Longe de significar o fim das celebrações, o juramento de D. João IV foi apenas o início de mais de um mês de festividades, que se prolongaram até ao juramento do príncipe herdeiro D. Teodósio, a 20 de Outubro²³. Estas comemorações compreendiam, desde logo, actos solenes que contavam com a presença das principais autoridades da cidade, do vice-rei ao arcebispo primaz. Porém, a aclamação do novo rei foi igualmente celebrada com manifestações de cariz diferente, que constam de algumas passagens da *Relação* de Manuel Jácome de Mesquita, em que este descreve «as festas publicas, assy de dia de touros, carreiras, disfarces (...) como de noite, de encamizadas lustrozas, & aparatozas, & de luminarias que duraraõ quinze dias contínuos, acompanhando as ilhas circunvizinhas, & ainda os Mouros, & gentios da terra firme ouuerão, que deuião concorrer nestes applauzos como fizeraõ pello contentamento que também receberaõ com a venturoza noua»²⁴.

De certo modo, estas demonstrações parecem corresponder a uma realidade muito diferente dos actos que referimos anteriormente. Os seus protagonistas não são nomeados da mesma forma e os espaços onde se realizam parecem também ser outros. Seria, porém, simplista partir desta constatação para a enunciação de uma dicotomia estrita entre comportamentos considerados «populares» e outros, mais solenes, que seriam próprios das elites. Desde logo, porque estas celebrações eram, também elas, pensadas e ordenadas previamente, como se verifica pela consulta do, já citado, regimento de entrada dos vice-reis em Goa, no qual são enumeradas algumas das manifestações festivas com que estes deviam ser recebidos, a saber: «huã follia de oyto pessoas muito estreinada e lustrosa»; «huã dança de siganas»; «outra dança de mourisca»; e ainda «outra dança darcos»²⁵. As «luminárias»

²³ Estas celebrações terão começado por quinze dias de iluminações e festas que culminaram numa procissão pelas ruas da cidade, com o vice-rei e o arcebispo à cabeça, Cf. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Índia, caixa 23, doc. 82.

²⁴ MESQUITA, Manuel Jácome – *Relaçam do que socedeo na cidade de Goa...* Goa: Colégio de São Paulo, 1643 *apud* BOXER, Charles (ed.) – *A Aclamação del rei D. João IV...*, *cit.*, p. 38.

²⁵ RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha (ed.) – *Archivo Portuguez Oriental*, *cit.*, p. 225.

e «encamizadas lustrozas» dos dias que se seguiram à aclamação de D. João IV não deixariam de completar a representação da alegria da cidade, exteriorizada na exuberância dos festejos.

Permanece, todavia, a questão: como interpretar essa «grande e geral alegria» com que, segundo o vice-rei, a subida ao trono do novo rei havia sido recebida em Goa²⁶? Seria a expressão fiel do sentimento dos moradores perante o fim da união dinástica? Ou seria antes um reflexo de comportamentos normativos previamente estabelecidos? Uma saída possível para este dilema passa, simultaneamente, por questionar a espontaneidade das celebrações e por matizar o monopólio da Coroa sobre as cerimónias, sublinhando o seu carácter polissémico e encarando-as como momentos de «comunicação pluridireccional», no seio dos quais conviviam diversas mensagens alternativas. Neste sentido se, por um lado, as festividades dramatizavam um corpo político orgânico e permitiam, pela sua repetição nas diferentes localidades do reino e das conquistas, imaginar a união das partes em torno da legitimidade de D. João IV, estas poderiam igualmente ser vistas como uma oportunidade de afirmação da cidade e daqueles que a representavam²⁷.

Estas diferentes leituras estendiam-se, por maioria de razão, aos relatos escritos no seguimento das cerimónias. Mais do que reconstruir a sequência de actos que procuravam descrever, o desafio passa assim por encarar estes relatos enquanto realidades textuais, no seio das quais conviviam diferentes objectivos e estratégias argumentativas²⁸. Desde logo porque, longe de reflectirem de forma acrítica os factos presenciados, estas narrativas (como quaisquer outras) construíam leituras interpretativas das festividades que, provavelmente, se basearam tanto nos comportamentos normativos expectáveis e nas referências da cultura política em que se inseriam, como na reprodução exacta das contingências da ocasião. Para mais, se a performance dos actos cerimoniais era efémera, a sua relevância estava

²⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Livros das Monções, livro 48, fls. 72-73v.

²⁷ CARDIM, Pedro – *Cortes e Cultura Política...*, cit., p. 53-55 e CURTO, Diogo Ramada – *Cultura Política...*, cit., p. 264-265.

²⁸ VOIGT, Lisa – *Imperial Celebrations, Local Triumphs: The Rhetoric of Festival Accounts in the Portuguese Empire*. *Hispanic Review*, vol. 79, nº 1 (2011) 17-19.

longe de se esgotar no momento. Em primeiro lugar, porque o público perante o qual se representava a alegria e fidelidade da cidade – entre o qual se contava, acima de todos os outros, o próprio rei – não se resumia a quem se encontrava em Goa nesse momento. Ora, não podendo presenciar as celebrações, restava a esse público a opção de as testemunhar através das descrições que procuravam perpetuar a sua memória. Em segundo lugar, porque essa dimensão performativa interagiu com referências textuais – como observamos na ordem dada pelo vice-rei para que se encontrassem textos que pudessem servir de modelo para a aclamação –, razão pela qual os preparativos, as festividades e a sua interpretação textual devem ser analisadas desde o ponto de vista das relações que estabeleceram entre si e não de forma isolada.

Olhemos então, novamente, para a *Relação* de Manuel Jácome de Mesquita. Impresso em 1643, no colégio jesuíta de S. Paulo-o-Novo, em Goa, este texto constitui a mais completa descrição dos acontecimentos que marcaram a aclamação de D. João IV na capital do Estado da Índia. No entanto, apesar da importância desta obra, pouco ou nada sabemos acerca da identidade do autor, para além do facto de ter sido morador na cidade e testemunha dos eventos que relata²⁹. Dedicada ao príncipe herdeiro D. Teodósio, a *Relação* apresenta-se como «hum relato desta fidelidade Portugueza» demonstrada pelos habitantes de Goa na ocasião do reconhecimento do novo rei. O autor não se cansa assim de referir o ânimo e a alegria com que as novas do reino foram recebidas e festejadas entre os moradores da cidade. Deste pano de fundo sobressai, todavia, aquele que é, sem dúvida, o protagonista da narrativa: D. João da Silva Telo e Meneses, conde de Aveiras. O texto constitui assim um verdadeiro panegírico do vice-rei, o qual é descrito, de acordo com a linguagem das virtudes comum na literatura coeva, como alguém cuja «piedade christam, valor, & zelo do bem de sua Pátria, junto com a experiência do governo (...) era o crédito com

²⁹ *A Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, nada acrescenta a estas informações, confirmando apenas que não se conhecem outros textos da autoria de Manuel Jácome de Mesquita. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana histórica, crítica e cronológica*, tomo 3. Lisboa: Oficina de Ignacio Rodrigues, 1741-1759, p. 287-288.

que o céu nos prometia huas vésperas alegres dos bens, que nos preparava, & das felizes novas que em breve nos enuiou»³⁰.

As interrogações que pairam em torno da figura de Manuel Jácome de Mesquita tornam impossível reconstituir os laços que o ligavam ao vice-rei, embora não seja difícil presumir que o autor da *Relação* se inseria no círculo de clientes e apaniguados do conde de Aveiras. Certo é que, ao longo de todo o texto, o relato nunca deixa de seguir o vice-rei, enfatizando o seu papel no curso dos acontecimentos. A sua lealdade, amor à pátria e virtude são demonstradas, uma e outra vez, não só pela alegria com que recebeu a notícia da revolta de Lisboa, mas também pela forma como nunca descurou as suas responsabilidades. Deste modo, mesmo perante o alvoroço de toda a cidade, o vice-rei não esqueceu «as obrigações do lugar em que estaua» e «o serviço de seu Rey», demonstrando a sua prudência na forma como recomendou aos moradores que não descurassem a defesa da cidade, ameaçada pelo bloqueio neerlandês³¹. Estas breves passagens sublinham aquele que, como já foi referido, parece ser o sentido dominante da narrativa: o elogio do desempenho do vice-rei enquanto principal dinamizador da aclamação de D. João IV em Goa. Apresentando-se como uma minuciosa reconstrução das provas de lealdade oferecidas pelos moradores de Goa ao seu monarca legítimo e natural, o relato de Manuel Jácome de Mesquita não deixa contudo de incorporar uma estratégia discursiva em que a descrição das cerimónias surge como um argumento para afirmar o desempenho de um protagonista digno de fama, honra e mercês régias.

³⁰ MESQUITA, Manuel Jácome – *Relaçam do que socedeo na cidade de Goa...* Goa: Colégio de São Paulo, 1643 *apud* BOXER, Charles (ed.) – *A Aclamação del rei D. João IV...*, *cit.*, p. 14 e 17. O tom encomiástico com que o conde de Aveiras é louvado ao longo do texto não escapou a Charles Boxer, que pressupôs que o vice-rei fomentara a sua publicação, juntamente com a do sermão proferido pelo dominicano frei Manuel da Cruz na ocasião do juramento do príncipe herdeiro.

³¹ MESQUITA, Manuel Jácome – *Relaçam do que socedeo na cidade de Goa...* Goa: Colégio de São Paulo, 1643 *apud* BOXER, Charles (ed.) – *A Aclamação del rei D. João IV...*, *cit.*, p. 25.

Ver o Rei

Em jeito de conclusão observaremos, em seguida, um outro exemplo de como as descrições da aclamação de D. João IV podiam ser postas ao serviço de estratégias diferenciadas, numa conjugação de motivações, objectivos e significados distintos. Nestes parágrafos finais deixaremos então a cidade de Goa e rumaremos a Lisboa, capital do reino. No dia 21 de Dezembro de 1645, o padre Diogo de Areda, da Companhia de Jesus, pregou na Capela Real um sermão dedicado ao apóstolo S. Tomé³². Tema relativamente comum na parenética da *Restauração*, a vida do «Apóstolo da Índia» servia como pretexto para que o pregador jesuíta exaltasse os feitos dos portugueses no Oriente, durante os anos em que haviam tido reis naturais. Contudo, a ocasião surgia igualmente como uma oportunidade para elogiar a lealdade dos que – como o próprio Diogo de Areda – haviam aclamado D. João IV em Goa, interpretando as suas acções à luz do exemplo bíblico de S. Tomé:

«Na feliz aclamação de sua Magestade, que Deos nos guarde, todos os Portuguezes que assistião aqui em Portugal crerão porque virão: virão que elRey de Castella foi excluído da posse de Portugal (...) virão que em seu lugar nos deu Deos hum Rey legítimo, & natural tão desejado, & tanto para desejar, virão, & crerão porque virão. Porém *beati qui non viderunt & crediderunt*. Os portugueses que estauamos na Índia são os bemaumentados, porque nem virão Rey, nem ouiraõ aclamaçam, nem gosarão os aplausos daquelles dias, nem celebraraõ os viuas daquelle tempo, & com tudo creraõ com tanto affecto, obedecerão com tanta pontualidade, festejaraõ com tanta demonstraçaõ, alegrãose com tanto excesso, que mereceraõ, & não lhes

³² AREDA, Diogo de – *Sermão do Apostolo S. Thomé, que pregou o R.P. Diogo de Areda da Companhia de Jesus em seu próprio dia, na Capella Real de Sua Magestade aos 21 de Dezembro*. Lisboa: Oficina de Domingos Lopes Rosa, 1646. O Pe. Diogo de Areda S.J. (1599-1671) tinha uma longa experiência de missionação no Oriente, tendo passado largos anos na Índia, onde ensinou Teologia no colégio de Goa e exerceu o cargo de reitor do colégio de Chaul. Segundo a *Relação* de Manuel Jácome de Mesquita, terá proferido um sermão no dia da Exaltação da Santa Cruz em Goa, pouco depois da chegada das novas da subida ao trono de D. João IV. Em meados da década de 1640 regressou em definitivo ao reino, Cf. MARQUES, João Francisco – *A Parenética Portuguesa e a Restauração, 1640-1668. A Revolta e a Mentalidade*, vol. 2. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, p. 334-335.

faltaram gratificações da mesma Magestade que tinham longe dos olhos, mas dentro do coração.³³»

Ver para crer. Tópico corrente numa cultura política que valorizava a figura régia como garante da ordem e em que se multiplicavam os artifícios simbólicos que procuravam tornar presente um rei ausente³⁴. Tópico particularmente importante em Portugal durante os anos de agregação à Monarquia Hispânica, por via das muitas vozes que lamentavam amargamente a subalternização política da cidade de Lisboa, como consequência da mudança da corte régia para Madrid³⁵. No que toca ao Estado da Índia a questão colocava-se, é claro, de maneira diferente, uma vez que cidades como Goa, Macau ou Cochim nunca tiveram o privilégio da presença real. Muitos dos que haviam nascido nestas cidades, ou que nelas se haviam radicado, jamais teriam a oportunidade de ver o rei, ou de sequer se encontrar no mesmo continente que ele. Poderia essa distância física enfraquecer os vínculos de amor e fidelidade que ligavam os súbditos ao seu rei? Afastando essa possibilidade, o padre Diogo de Arede considerava que, pelo contrário, os vassallos que serviam na longínqua capital do Estado da Índia excediam todos os outros em demonstrações de lealdade, porque o faziam sem terem o privilégio de ver o rei. «Bem-aventurados os portugueses da Índia, porque crerão o que não virão»³⁶.

O religioso jesuíta não era, para mais, o único a expressar tais sentimentos. Estes ecoam igualmente nas palavras do vice-rei conde de Aveiras que declarava serem os habitantes de Goa «dignos de Vossa Magestade por os olhos (...) e que por viverem apartados da presença de Vossa Magestade não serão os que menos experimentem de sua real grandeza»³⁷. Longe de reflectir um esfriamento dos laços que sustentavam a coesão do corpo político, a distância que separava o Estado da Índia de Lisboa convertia-se então num argumento que permitia valorizar o comportamento dos portugueses que,

³³ AREDA, Diogo de – *Sermão do Apostolo S. Thome...*, cit., fl. 5.

³⁴ OSORIO, Alejandra – *Inventing Lima...*, cit., p. 82-84.

³⁵ BOUZA ALVAREZ, Fernando – Lisboa sozinha, quase viúva. A cidade e a mudança da corte no Portugal dos Filipes. *Portugal no tempo dos Filipes: Política, Cultura, Representações, 1580-1668*. Lisboa: Cosmos, 2000, p. 159-183.

³⁶ AREDA, Diogo de – *Sermão do Apostolo S. Thome...*, cit., fl. 5.

³⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Livros das Monções, livro 48, fls. 72-73v.

não obstante viverem longe do reino, haviam celebrado a entronização de D. João IV com sinceras demonstrações de alegria. De resto, a utilização deste tipo de argumentos estava longe de ser exclusiva destes textos ou sequer do período da *Restauração*. Num estudo recente, Lisa Voigt demonstrou como estratégias discursivas semelhantes foram adoptadas em relatos de entradas cerimoniais e festividades no Brasil setecentista, transformando a posição periférica numa marca de superioridade e honra acrescida, combatendo a subalternização política e celebrando o espaço local num momento de aparente reconhecimento da autoridade central³⁸.

Todavia, no que a Goa diz respeito, este tipo de discurso surgia a par com outros argumentos que enfatizavam a sua centralidade enquanto capital do Estado da Índia e sede metropolitana do Oriente. Distante face ao reino, era contudo a «metropoli da Índia; & nella como em cabeça de todas as mais Cidades, & fortalezas deste grande Império»³⁹. Pela sua dupla capitalidade – por presença simultânea do vice-rei e do arcebispo primaz – a cidade de Goa assumia características que a aproximavam excepcionalmente de Lisboa. Distância e centralidade. Longe de serem opostas, ambas as linhas de argumentação convergiam assim nas mesmas narrativas, contribuindo para forjar uma imagem de Goa no momento da aclamação de D. João IV. Observar esta complexa teia de representações e estratégias discursivas, que procuravam simultaneamente enaltecer a fidelidade da cidade e intervir numa arena política concebida à escala das relações entre o reino e o império, permite-nos então aceder a alguns dos mecanismos que caracterizaram as cerimónias de aclamação nos territórios ultramarinos da Coroa portuguesa sem, no entanto, perder de vista as contingências e especificidades que marcavam os diferentes contextos locais.

³⁸ VOIGT, Lisa – *Imperial Celebrations...*, *cit.*, p. 37-38.

³⁹ Manuel Jácome de Mesquita, *Relaçam do que socedeeo na cidade de Goa...*, Colégio de São Paulo, Goa, 1643 *apud* BOXER, Charles (ed.) – *A Aclamação del rei D. João IV...*, *cit.*, p. 31.